



SESSÃO TEMÁTICA Nº XV - SOCIEDADE CIVIL E ESTADO EM TEMPO DE CRISE POLÍTICA

CONSTRUÇÃO DE ESTADO NA ÁFRICA PÓS INDEPENDÊNCIA: DINÂMICAS POLÍTICAS NA PERIFERIA DO CAPITALISMO GLOBAL

Eduardo Marquezin Faustini/Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo:

Com vistas a contribuir para a formulação de teorias sobre os processos de construção de Estado na periferia do capitalismo global, o presente artigo tem como objetivo apresentar os principais fatores que condicionaram as dinâmicas políticas em torno do Estado na África no imediato pós independência, bem como os atores envolvidos. Entre os fatores estão: a dependência externa imposta pelo modelo agrário exportador; o desenvolvimento desigual do território nacional, com baixa penetração governamental e demográfica em extensas áreas do interior. Os principais atores foram os partidos de massa e os líderes nacionais. A metodologia empregada no artigo é do tipo qualitativa-descritiva, amparada na análise documental de dados primários e secundários. Os dados primários compreendem discursos e obras de líderes nacionais (Kwame Nkrumah de Gana, Julius Nyerere da Tanzânia, Samora Machel de Moçambique e Patrice Lumumba do Congo), enquanto os dados secundários se referem à bibliografia acadêmica especializada. A análise dos fatores e atores elencados permite a conclusão parcial que para compreender o fenômeno do Estado em sua complexidade é necessário analisar criticamente seu desenvolvimento histórico e a forma como as diferentes instituições e dinâmicas políticas se relacionam com as condições materiais de reprodução econômica. Assim, Estados que passaram pela experiência da exploração colonial na periferia do capitalismo global assumem características distintas dos Estados europeus - os quais são frequentemente utilizados como modelo para formulação de teorias sobre o Estado

Palavras-chave: África. Capitalismo. Colonialismo. Estado. Independência

1. INTRODUÇÃO

A formação dos Estados nacionais africanos é muito recente quando comparada a outras regiões do globo como a Europa e as Américas. Seu surgimento ocorreu no período pós Segunda Guerra Mundial, quando o antigo sistema colonial foi substituído por unidades juridicamente soberanas. A descolonização dos territórios ocorreu de forma gradual, marcada por disputas, rupturas e acomodações. Para compreender essas transformações é necessário utilizar uma abordagem que considere as particularidades históricas da região - como a experiência com o colonialismo e a posição periférica da região no capitalismo global. Ao fazê-lo, desenvolvemos uma visão mais complexa e menos normativa do Estado na África - frequentemente interpretado a partir de modelos teóricos desenvolvidos com base nos indicadores sociais europeus e norte-americanos. Esse esforço teórico também ganha relevância no contexto atual de renovado interesse de acadêmicos, governos e formuladores de políticas públicas no continente africano, que desde o início do século XXI tem apresentado maior projeção internacional, crescimento econômico acelerado e um novo impulso em direção à integração regional (VISENTINI, 2010).

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo apresentar os principais fatores que condicionaram as dinâmicas políticas em torno do Estado na África no imediato pós independência, bem como os atores envolvidos no processo. Os fatores analisados são: a dependência externa imposta pelo modelo agrário exportador; o desenvolvimento desigual do território nacional, com baixa penetração governamental e demográfica em extensas áreas do interior. Os principais atores foram os partidos de massa e os líderes nacionais, como Kwame Nkrumah em Gana e Julius Nyerere na Tanzânia, que tiveram a difícil tarefa de acomodar a multiplicidade de grupos de interesse no território após a conquista da independência.

O primeiro fator analisado pelo trabalho é a dependência externa imposta pelo modelo agrário exportador. A inserção dos Estados africanos no sistema produtivo global é marcada pela expansão do modelo de produção capitalista. Sua expansão pressupõe a existência de regiões centrais e periféricas, que se relacionam de forma dependente com base na divisão internacional do trabalho (AMIN, 2006). De acordo com Arrighi (2006), a definição dos conceitos de centro e periferia é relacional, pois enquanto o centro se caracteriza como a região que controla uma grande parte do excedente total de capital produzido, a periferia controla pouco ou nada do excedente (AMIN, 2006; ARRIGHI, 2006). A colonização europeia ocorreu de forma a preservar os interesses de um centro exportador, cujo objetivo não era desenvolver as potencialidades produtivas do território como um todo, mas drenar os recursos para a metrópole do centro capitalista.

O segundo fator, o desenvolvimento desigual do território nacional, também se relaciona com a base produtiva, visto que as atividades de mineração e produção agrícola monocultora não necessitavam de mão de obra especializada, mas de grandes “reservas” de trabalhadores. Esse processo incentivou a

migração de populações do campo para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida, relegando às áreas rurais e mais distantes à marginalização e a exclusão no sistema produtivo (ALVAREZ COSTA, 2011). Nesse contexto, era pouco lucrativo expandir as funções de governo para o interior, o que fez com que os colonizadores europeus buscassem subjugar o interior dos territórios através de alianças com grupos locais e/ou táticas de “dividir para governar” (HERBST, 2000).

A análise da atuação dos líderes nacionais, atores envolvidos no processo de construção de Estado na África pós-independência, abre uma janela para compreendermos a cultura política de muitos Estados africanos. Na década de 1990 os “ajustes estruturais” transformaram regimes de partido único em modelos pluripartidários com alternância de poder. Na prática, no entanto, o que se verifica em Estados como Moçambique, é a sucessiva reeleição do partido responsável pela luta anticolonial (Frente pela Libertação de Moçambique, FRELIMO) desde então (VISENTINI et al, 2013). Esse fenômeno é devido ao papel central desempenhado pelo líder nacional na aproximação entre as instituições do Estado recém independente e a sociedade como um todo.

O líder legitimava o Estado por meio de sua autoridade carismática, ordenando obediência às leis como forma de lealdade a sua pessoa. Essa tarefa era essencial em Estados jovens, cuja força do movimento nacionalista residia na luta contra um inimigo externo, isto é, o colonialismo. Dessa forma, os conflitos que emergiram no imediato pós-independência eram em sua maioria resultante da formação de novos Estados, cuja distinção entre partido político, governo e Estado estava ainda em vias de formação. Nesse cenário, movimentos de oposição ao governo eram também movimentos de secessão, o que tornou a desintegração territorial um dos principais problemas dos líderes nacionalistas. Era necessário, em um curto espaço de tempo, garantir que a maioria da população aceitasse o novo Estado como o detentor legítimo da autoridade e o local de legislação e decisão social (WALLERSTEIN, 2006).

2. METODOLOGIA

O modelo qualitativo de pesquisa supõe a reconstrução de um processo social. De acordo com Alonso (2016), as técnicas de reconstrução de processos operam em um nível invisível da realidade social, na intersecção entre o conjuntural - no qual vivem os atores – e o estrutural (ALONSO, 2016). Para a autora, em contraste com as ciências exatas, que estudam fenômenos com os quais o pesquisador estabelece uma relação sujeito-objeto, nas ciências sociais essa relação é sujeito-sujeito. Assim, “o mundo social é constituído por sujeitos ativos (e não objetos passivos): as ciências sociais estudam ‘objetos’ que são dotados de intencionalidade e que pensam a si mesmos” (ALONSO, p. 8, 2016).

Para Florestan Fernandes, a reconstrução dos objetos de estudo nas ciências humanas passa pela observação metódica da realidade. Segundo ele, “a fase verdadeiramente crucial da observação científica tem início quando o tratamento analítico dos dados permite passar das imagens sensíveis dos fenômenos para imagens unitárias e analíticas de suas propriedades e das condições em que são produzidas”.

(FERNANDES, 1997, p. 48). Assim, “a observação transcende à mera constatação dos dados de fato, pois ela constitui o processo através do qual as instâncias empíricas relevantes para a descrição ou a interpretação dos fenômenos sociais são obtidas, selecionadas e coligadas” (FERNANDES, 1997, p. 48).

Nas ciências exatas, a possibilidade de realizar experimentos sistemáticos com o objeto de estudo confere ao investigador a capacidade de isolar as instâncias empíricas relevantes para a compreensão do fenômeno estudado. Nas ciências sociais, o processo de passar do “caso concreto” para o “caso típico” é mais complicado. Segundo Fernandes, nas ciências sociais o processo de observação é dividido em duas partes: primeiro, é necessário selecionar, no acumulado de dados brutos, os fatos que possuem significação determinável na explicação dos fenômenos para formar os “casos típicos”. Em seguida, passa-se ao tratamento interpretativo das instâncias empíricas selecionadas com o propósito de explicar os fenômenos observados (FERNANDES, 1997. p.49).

Na presente pesquisa, a observação dos dados primários e secundários permitiu a reconstrução do fenômeno social de construção do Estado na África pós-independência. Esse fenômeno, por sua vez, foi explicado a partir de três elementos: a dependência externa imposta pelo modelo agrário exportador, o desenvolvimento desigual do território nacional e o papel dos líderes nacionais e partidos de massa. Os dados primários compreendem os discursos proferidos e obras escritas pelos líderes nacionais no contexto da independência (Kwame Nkrumah de Gana, Julius Nyerere da Tanzânia, Samora Machel de Moçambique e Patrice Lumumba do Congo), as quais auxiliam na reconstrução do ambiente político e social do período. A literatura acadêmica especializada corresponde aos dados secundários, entre os quais se destacam as publicações produzidas no âmbito do centro de pesquisa do qual o autor é membro como pesquisador assistente, o Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA), assim como livros de acadêmicos africanos e artigos coletados em bancos de dados e repositórios digitais (LUME-UFRGS, Portal de Periódicos CAPES/MEC e *African Journals Online*).

3. A INSERÇÃO DA ÁFRICA NO SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA

A visão predominante na mídia e até mesmo nos trabalhos acadêmicos sobre a África é de um continente marcado por guerras intermináveis, miséria, corrupção e governos autoritários. Essa visão parcial sobre a África é reflexo de uma falta de conhecimento sobre a realidade política e socioeconômica do continente, mas também herança de uma tradição eurocêntrica do mundo. De acordo com o sociólogo Immanuel Wallerstein, o eurocentrismo é parte de uma “retórica do poder” dos líderes da Europa e dos Estados Unidos que articulam conceitos de “civilização ocidental” e “economia de livre mercado” como valores universais para legitimar e justificar a conquista militar e a exploração econômica de outros povos (WALLERSTEIN, 2007).

Nesse sentido, a expansão do sistema capitalista a partir do século XVI é a história da expansão dos povos e Estados europeus pelo restante do globo, cuja justificativa ideológica se fundamenta no argumento de levar a “civilização” e o “desenvolvimento” para povos considerados atrasados ou bárbaros. Por muito tempo a África, mas também as outras regiões que passaram pela experiência do colonialismo e de inserção periférica no sistema-mundo capitalista, foram vistos como “povos sem história” (WALLERSTEIN, 2007). As teorias desenvolvidas pelos europeus para explicar as dinâmicas sociais nessas regiões se pretendiam de aplicação universal, porém, na prática, negligenciavam os diferentes processos históricos, valores, culturas e modos de organização da vida econômica dos povos não europeus. (ACOSTA, 2011).

No caso da África, a ideologia de “missão civilizadora” ficou ainda mais evidente, com a colonização tardia do continente no século XIX se comparada à América Latina. Para os europeus, o interior da África Subsaariana era praticamente desconhecido até finais do século XIX. Apesar da presença europeia na costa africana em forma de entrepostos comerciais desde o século XVI, foi só a partir da intensificação dos processos de industrialização e da necessidade de abertura de novos mercados a nível mundial que o interior do continente passou a ser do interesse europeu. A Conferência de Berlim, realizada em 1884, dividiu a África entre as potências coloniais da época, tendo Grã-Bretanha e França como principais beneficiadas (RIBEIRO, 2013).

A etapa de colonização do interior da África, momento no qual foram estabelecidas unidades administrativas e territorialmente delimitadas pelas potências europeias, é parte de um processo global de expansão de um sistema-mundo capitalista. A expansão desse modelo em escala global pressupõe a divisão entre regiões centrais e periféricas, que se relacionam de forma dependente com base na divisão internacional do trabalho. De acordo com Giovani Arrighi (2007), a definição dos conceitos de centro e periferia é relacional, pois enquanto o centro se refere ao local de controle de capital, a periferia é o local da exploração e subdesenvolvimento (ARRIGHI, 2006).

A África foi, desde os primeiros contatos com os europeus, inserida no sistema-mundo como região periférica e dependente. O capitalismo determinou um papel e um lugar para o continente na economia global, cujos fundamentos continuam a condicionar as escolhas e possibilidades de desenvolvimento dos Estados africanos na atualidade. Nesse sentido, Acosta afirma que o Estado colonial não emerge do desenvolvimento das forças produtivas e de uma classe dominante interna como na Europa, mas das necessidades e interesses da metrópole colonizadora (ACOSTA, 2011). A interação entre uma economia capitalista periférica e as economias tradicionais africanas, por exemplo, resultou em tensões e divisões, que marcaram as experiências políticas e os processos de construção de Estado no continente.

Os dois fatores que serão analisados no presente artigo como determinantes para as dinâmicas de construção do Estado na África são a dependência externa e o desenvolvimento desigual do território

nacional. Para explicar a dependência externa é necessário analisar a inserção da África no sistema-mundo capitalista, enquanto o desenvolvimento desigual do território nacional é explicado através de uma análise histórica das transformações das relações de produção na África pré-colonial e colonial. Ambos os processos serão analisados nas seções subsequentes do artigo.

3.1. A África pré-colonial e o comércio de escravos transatlântico

A história africana pode ser periodizada em dois momentos: pré-capitalista (até o século XVI) e capitalista. O primeiro corresponde à África pré-colonial, um longo período histórico que agrupa diferentes experiências econômicas e sociedades com diferentes níveis de organização, sistemas linguísticos e valores culturais. Havia grandes reinos na África Ocidental, como Gana e Mali, que prosperaram em função do comércio de longa distância transaariano com o mundo árabe da África do Norte e do Oriente Médio (PEREIRA, 2013). De acordo com Pereira (2013) “é errônea a percepção de uma África cristalizada em dezenas de povos e centenas de ‘tribos’, com suas culturas específicas consolidadas. O quadro é mais o de um intenso deslocamento, interação, fusões e surgimento de novas entidades” (PEREIRA, p.13, 2013). De acordo com o historiador Cheik Anta Diop (2000), é possível traçar uma continuidade entre a civilização egípcia, frequentemente tratada como separada da história do continente africano, com os impérios de Gana e de Mali. A civilização do Egito Antigo foi a base cultural, filosófica e científica dos reinos africanos, influenciando inclusive a diáspora africana (DIOP, 2000)

O presente artigo não tem como objetivo apresentar uma análise de toda a diversidade da África pré-colonial, mas explorar alguns elementos em comum relativos ao modo de produção e organização social. Tais elementos são fatores explicativos importantes para a análise dos processos posteriores de construção dos Estados nacionais. De acordo com Ki-Zerbo (2010), entre esses elementos comuns está a base econômica familiar-patriarcal comunitária, a agricultura tradicional e os vínculos de produção estabelecidos através do sistema tributário. Ki Zerbo (2010) afirma que o fator organizador da vida socioeconômica africana era a grande família patriarcal, que organizava as relações de produção e a divisão social do trabalho. A organização econômica africana também estava fundamentada na ideia de que as terras não eram propriedade da aristocracia, mas de uso comunal. Segundo o autor, os habitantes de determinado reino ou localidade pagavam tributos ao rei ou senhor local, mas esses não eram proprietários do solo (KI-ZERBO, 1999).

Os conflitos, os processos migratórios e as relações políticas eram estabelecidas pela interação desses elementos, processo que viria a mudar com a chegada dos europeus à costa africana no século XVI e o estabelecimento do comércio de escravos transatlântico, que se estendeu ao longo de quatro séculos. O comércio triangular, que conectava América, Europa e África pelo Atlântico, teve como base

a compra e venda de populações africanas escravizadas em troca de minérios e produtos agrícolas das Américas. O mercantilismo representa os primeiros momentos da expansão do sistema-mundo capitalista a partir da Europa, sendo fator determinante para a acumulação primitiva de capital que depois permitiria a realização das revoluções industriais e do desenvolvimento europeu (INIKORI, 2010).

Segundo Pereira (2013), uma das principais razões para a exploração da costa africana pelos europeus era a busca por uma rota alternativa, dessa vez pelo mar, para o Oriente. No século XVI, os europeus competiam com o império muçulmano pelas rotas de comércio em direção à Ásia (PEREIRA, 2013). O comércio triangular introduziu uma dinâmica diferente nas relações econômicas das sociedades pré-coloniais. Muito rapidamente o comércio transaariano, que permitiu o florescimento de importantes reinos africanos, deu lugar ao comércio transatlântico, tendo como atividade mais lucrativa o tráfico humano (ACOSTA, 2011).

A migração forçada de escravos internacionalizou as atividades econômicas africanas nos marcos do capitalismo, fortalecendo o vínculo de dependência entre centro e periferia. O comércio de escravos, realizados por reinos e chefes africanos na costa africana, forçou processos migratórios e mudanças drásticas na demografia e na organização social pré-colonial. A população escravizada era em sua maioria jovem, o que contribuiu para a desestabilização da divisão social do trabalho a nível local. As atividades produtivas ligadas à agricultura foram dando lugar às atividades de captura e comércio de homens e mulheres. Os reinos africanos importaram tecnologias dos europeus como a arma de fogo, que permitiu a subjugação de povos e comunidades. Com o comércio triangular, a guerra interafricana se tornou um negócio lucrativo, alterando a natureza dos conflitos pré-coloniais e redesenhando a geografia do continente (ACOSTA).

3.2 O colonialismo em direção ao interior da África

O colonialismo assumiu novas características em meados do século XIX, expandindo-se para regiões do interior da África Subsaariana¹. É emblemático desse período a realização da Conferência de Berlim em 1884, na qual os territórios africanos foram divididos para a exploração colonial de um seleto grupo de Estados europeus. À nível global, ocorreu a intensificação da competição intercapitalista europeia e a necessidade de expansão e abertura de novos mercados. Para Ribeiro (2013), o colonialismo foi resultado também do desgaste da hegemonia econômica e política dos britânicos, que assistiram ao

¹ O presente artigo considera que o caso histórico da África Austral possui particularidades em relação ao restante do continente devido ao estabelecimento de regimes de minoria branca no período anterior à colonização de finais do século XIX. Esse fato confere dinâmicas próprias à região, que não correspondem necessariamente aos elementos analisados no presente artigo e que, por esse motivo, foram deixadas de fora da pesquisa.

final do século XIX o surgimento de potências concorrentes no palco europeu, como Itália e Alemanha. A expansão dos territórios ultramarinos, foi, nesse sentido, uma resposta à sua crise de hegemonia. Para tanto, era necessário quebrar a autoridade que os impérios africanos conquistaram na costa do continente com o controle do comércio de escravos nos séculos anteriores e penetrar em direção ao interior do continente (RIBEIRO, 2013).

O colonialismo foi um processo historicamente curto se considerarmos que a maioria dos Estados Africanos conquistaram sua independência política na década de 1960, mas as transformações que ele engendrou foram profundas. Ele foi o responsável pela integração do território africano de forma subjugada e dependente na divisão internacional do trabalho. A riqueza produzida com a exploração de minérios e produtos da monocultura estava a serviço do capital monopolista metropolitano, que reorganizou as sociedades africanas através de guerras de conquista e implementação do capitalismo periférico. Foram criados territórios com geografias e divisões arbitrárias, que reuniam grupos historicamente rivais ou separavam grupos historicamente próximos (BETTS, 2010)

Segundo Ribeiro (2013), o colonialismo operou em três níveis: o nível ideológico, econômico e sociopolítico (RIBEIRO, 2013). No nível ideológico foram utilizadas justificativas filantrópicas, pragmático-utilitaristas, racistas ou social-darwinistas. Segundo o argumento filantrópico, a colonização seria uma tarefa modernizadora, que visava a eliminação dos costumes “bárbaros”. Para o argumento pragmático-utilitarista, a colonização levava o desenvolvimento econômico e produtivo para as colônias. Os argumentos racistas defendiam a superioridade dos europeus sobre os povos não europeus, afirmando ser uma consequência lógica e “natural” a dominação de um povo sobre o outro. Por fim, o argumento social-darwinista também era empregado no mesmo sentido, afirmando existir uma luta pela sobrevivência também entre os povos, entre os quais apenas os mais aptos seriam selecionados (RIBEIRO, 2013).

No nível econômico, a conquista e a dominação do continente operaram no sentido de beneficiar as metrópoles e garantir o autofinanciamento das colônias. Para tanto, era necessária a transformação das relações de produção internas. Entre as principais mudanças estava o estabelecimento da propriedade privada da terra e a criação do trabalho assalariado (ainda que o trabalho compulsório tenha permanecido como prática comum). As terras, que antes eram comunitárias, foram divididas e concedidas a empresas metropolitanas, que as exploraram através de sistemas de *plantations*, ou seja, latifúndios monocultores voltados para a exportação. As *plantations* eram controladas por colonos europeus e tinham como função produzir a matéria prima e os produtos primários necessários para as indústrias das metrópoles europeias (RIBEIRO, 2013).

Os africanos foram confinados em áreas restritas e pouco férteis, mas também integradas ao sistema de *plantations*, sendo obrigados a pagar impostos para sustentar o empreendimento colonial. Os tributos monetários foram, de acordo com Ribeiro (2013), uma segunda fase dos mecanismos de trabalho

forçado que haviam sido implementados em territórios como o Congo Belga, propriedade privada do Rei Leopoldo II. Nesse território, os trabalhadores africanos eram obrigados a produzir volumes arbitrários de insumos (látex, cera, marfim, alimentos etc.) sob a ameaça de torturas, mutilações e execuções. Os africanos também eram convocados para trabalhos forçados, como a construção de infraestrutura de transporte para escoamento de mercadorias e habitação para os funcionários coloniais (RIBEIRO, 2013).

Entre os principais produtos explorados nas colônias estavam gêneros agrícolas como cacau, café, algodão, látex e cana de açúcar, mas também minérios. Foi a exploração de jazidas de metais preciosos que garantiu a criação de grandes estruturas ferroviárias e portos de exportação nos centros urbanos das colônias. Essa infraestrutura, no entanto, não tinha como objetivo a integração das diferentes partes do território colonial, mas a diminuição dos custos de escoamento da produção. A modernização dos transportes e a criação de centros urbanos também criou um setor de serviços e trabalho assalariado, que se expandiu para um pequeno grupo de africanos. Aos poucos, a complexificação da produção nas colônias começou a demandar mão-de-obra qualificada e com instrução técnica, o que levou a criação de sistemas educacionais. Esses sistemas eram restritos a uma pequena parcela de africanos, porém foi esse grupo que depois viria a formar a elite política dos movimentos de independência (RIBEIRO, 2013).

Com o aumento da urbanização, a implementação de uma economia monetária e o crescimento demográfico, criou-se uma situação de conflito entre o campo e a cidade. O primeiro ainda era pouco explorado pelos colonizadores e possuía uma economia essencialmente de subsistência, enquanto a cidade operava nos moldes da economia capitalista periférica e atraía a população das zonas rurais em busca de melhores remunerações e oportunidades. Esse processo causou uma intensa migração de trabalhadores do campo para as cidades e marca uma divisão que ainda hoje caracteriza os Estados africanos (ACOSTA, 2011).

Sobre o assunto, Herbst (2000) aponta que, ainda que existam regiões urbanas de grande concentração demográfica, a África colonial era relativamente pouco populosa, especialmente nas regiões rurais. As regiões mais distantes e inóspitas do território colonial, que muitas vezes compreendiam uma grande parcela desse território, foram pouco exploradas pelos colonizadores (HERBST, 2000). A decisão por não penetrar em direção ao interior das fronteiras delimitadas na Conferência de Berlim se deve a fatores como a diminuição dos custos securitários e de colonização. Não era rentável integrar o território nacional, porém se fazia necessário controlar os grupos populacionais que lá habitavam. Para tanto, os colonizadores realizaram alianças com senhores locais e utilizaram-se da técnica de “dividir para governar”, opondo grupos rivais como forma de capitalizar apoio político e permitir a dominação econômica (HERBST, 2000).

No nível sociopolítico, por fim, ocorreu o estabelecimento de novas instituições políticas, com características militar-administrativas. Nas colônias, a autoridade administrativa era responsável tanto pelas funções executivas quanto legislativas do governo, pois não havia instituições intermediárias de aconselhamento e participação. De acordo com Chazan (1999), o Estado colonial não distinguia entre mecanismos de tomada de decisão e implementação de políticas. Havia apenas uma burocracia estatal encarregada dos serviços públicos, da ordem, do recolhimento de impostos e das funções jurídicas. Para a autora, as instituições coloniais concentravam as funções políticas e administrativas nas mãos do serviço colonial civil (CHAZAN, 1999). Essa concentração de poder político era sustentada pelo estabelecimento de forças policiais e militares, que garantiam o cumprimento das leis e obediência à autoridade colonial².

4. A ARENA PÚBLICA PÓS INDEPENDÊNCIA: OS LÍDERES NACIONAIS E OS CAMINHOS PÓS INDEPENDÊNCIA

4.1. A construção da arena pública

O processo de conquista da independência pelos Estados africanos ocorreu de forma gradual e em etapas a partir da 2ª Guerra Mundial. Esse processo não foi linear e homogêneo, pois assumiu características próprias a depender das condições econômicas, geopolíticas e sociais de cada Estado. Além disso, a conquista da independência e a criação dos Estados nacionais na África também seguiu diferentes vias de desenvolvimento. Houve Estados que conquistaram a independência de forma negociada com as metrópoles e ficaram sujeitos aos mecanismos de dominação neocoloniais, como no caso da África Ocidental francesa, mas também guerras de independência e revoluções, que alteraram não apenas o cenário africano, mas também as relações internacionais como um todo, como é o caso de Angola, Argélia, Moçambique e Etiópia.

Apesar das diferenças, é possível traçar alguns elementos comuns que condicionaram as escolhas políticas e os caminhos de desenvolvimento desses Estados em direção à independência. Na seção anterior foram discutidas a inserção dependente da África no sistema-mundo e as transformações internas engendradas pela colonização. A presente seção aborda o papel dos líderes nacionais na construção dos Estados.

De acordo com Chazan (1999), os movimentos de independência não romperam totalmente com as estruturas sociopolíticas herdadas do colonialismo. Eles, na realidade, adaptaram esses sistemas administrativos aos novos projetos políticos e ao contexto pós-independência. A autora destaca a

² Na década de 1940 e 1960 os britânicos buscaram “africanizar” os postos burocráticos em países como Gana, Nigéria e Serra Leoa, incentivando a criação de uma elite africana alinhada com os interesses metropolitanos (CHAZAN, 1999).

ausência de burocracia local qualificada para transformar as agências herdadas do colonialismo. As independências, nesse sentido, foram um processo marcado pela continuidade das estruturas burocráticas do colonialismo, ainda que os projetos políticos tenham mudado. Para Chazan (1999), também é importante destacar que, após a independência, houve uma “politização” do aparato estatal, ou seja, esse passou a estar sujeito a pressões sociais domésticas por alocação de recursos e gerenciamento da coisa pública que antes da independência eram dirigidos às metrópoles (CHAZAN, 1999).

Nesse cenário merece uma análise mais aprofundada o papel desempenhado pelos líderes nacionais africanos, muitas vezes tratados na literatura acadêmica como ditadores que limitaram os mecanismos de oposição e recusaram a alternância de poder. De fato, como aponta Chazan (1999), é possível notar uma tendência de centralização das funções executivas e do poder desses líderes, mas abordar o processo político no qual esses estavam inseridos simplesmente como regimes autoritários não é suficiente para compreender suas características e influência no processo de construção de Estado na África³.

Segundo Wallerstein, (2006), o líder era responsável por garantir a ligação da sociedade com as instituições de Estado. Ele legitimava o Estado por meio de sua autoridade carismática, ordenando obediência às leis como forma de lealdade a sua pessoa. Essa tarefa era essencial em Estados jovens, cuja força do movimento nacionalista residia na luta contra um inimigo externo, isto é, o colonialismo (WALLERSTEIN, 2006). Quando a independência foi conquistada, os movimentos de libertação encontraram um grande desafio interno. Nas palavras do autor:

O fim do incentivo à unidade – isto é, o controle colonial – combinado com a incerteza, desilusão e, portanto, oposição, criados pelo novo governo inevitavelmente causou a emergência de interesses étnicos, regionais e particulares que durante a luta de independência estavam em latência. Lidar com disputas de grupos políticos é um trabalho que todo Estado realiza, não apenas na África. O que era diferente, no entanto, é que o grupo no poder não podia jurar lealdade ao Estado (WALLERSTEIN, 2006, P.87, tradução nossa)

Os conflitos que emergiram no imediato pós-independência eram em sua maioria resultante da formação de novos Estados, cuja distinção entre partido político, governo e Estado estava ainda em vias de formação. Nesse cenário, movimentos de oposição ao governo eram também movimentos de secessão, o que tornou a desintegração territorial um dos principais problemas dos líderes nacionalistas. Era necessário, em um curto espaço de tempo, garantir que a maioria da população aceitasse o Estado como o detentor legítimo da autoridade e o local por excelência de legislação e decisão social (WALLERSTEIN, 2006).

³ De acordo com Wallerstein (2006), os Estados africanos que não possuíam a figura de um líder nacional e partido único no momento da independência estavam muito mais vulneráveis a intervenções externas, desestabilização e movimentos de secessão de grupos rivais (WALLERSTEIN, 2006).

No caso dos Estados africanos, as sociedades não possuíam classes sociais bem consolidadas, os setores agrícolas estavam em grande medida distanciados do centro de poder político e sob o comando de uma variedade de chefes locais. A maioria dos trabalhadores qualificados havia estudado nas metrópoles ou possuíam forte influência colonial, assumindo cargos administrativos. Esse fato fez com que os movimentos de independência não contassem com uma base de classe sólida para apoiar seu projeto político. O Estado pós colonial herdou do colonialismo conflitos latentes entre diversos grupos políticos, escassez de recursos financeiros e de profissionais, manutenção dos laços neocoloniais e poucos setores organizados – entre eles a burocracia e exército (ALVAREZ COSTA, 2011). Essas contradições sociais produziram situações características, como o fato de dois terços de todos os presidentes dos Estados africanos entre 1960 e 1990 terem sido militares. Entre 1950 e 1990 também ocorreram 78 deposições de presidentes por meios inconstitucionais (ALVAREZ COSTA, 2011).

4.2 Os líderes nacionais e os caminhos políticos pós-independência

Os líderes nacionais africanos cumpriram um papel importante na construção dos novos Estados e da arena pública no período pós-independência. Suas estratégias, projetos políticos e trajetórias, no entanto, são bastante diferentes e merecem estudos de caso particulares. Na presente seção, buscaremos articular as ideias de quatro líderes nacionais: Kwame Nkrumah de Gana, Julius Nyerere da Tanzânia, Samora Machel de Moçambique e Patrice Lumumba do Congo. O objetivo da seção não é apresentá-los individualmente, mas traçar pontos em comum entre esses líderes no que tange à luta contra o colonialismo, ao pan-africanismo e aos caminhos políticos seguidos pelos Estados africanos no pós-independência.

Primeiro é importante caracterizar o perfil social e político desses líderes, suas origens, inspirações e ideologias. A maioria dos líderes da independência africanos estavam conectados aos movimentos anticoloniais que se iniciaram fora da África no começo do século XX, através de congressos e organizações pan-africanas das populações da diáspora. O movimento pan-africanista surgiu como uma resposta das populações africanas da diáspora como forma de resgatar sua identidade e dignidade. O conjunto de ideias pan-africanistas confrontava as teorias raciais que justificavam a expansão colonial capitalista do período, porém eram um processo difuso, que foi gradualmente tomando forma (BOUKARI-YABARA, 2017).

As revoltas das populações da diáspora contra o sistema colonial deram origem à um movimento internacional de solidariedade e luta pela libertação da África e dos africanos. Como aponta Harris (2011), nas primeiras décadas do século XX, muitos africanos emigraram para a Europa, fugindo da opressão econômica e política, mas também buscando educação formal de nível superior, praticamente inexistente nas colônias, o que também contribuiu para a criação de um círculo pan-africanista nas grandes cidades europeias e dos Estados Unidos (HARRIS, 2011). O Quinto Congresso Pan-Africano,

realizado em Manchester em 1945 marcou um ponto de inflexão na doutrina pan-africanista. Isso porque o congresso impulsionou o movimento no continente africano, consolidando-se pela primeira vez além das fronteiras europeias e americanas (WALLERSTEIN, 2006).

A principal expressão desse pan-africanismo foi a conquista da independência de Gana em 1957, o primeiro país da África Subsaariana a se tornar independente, sob a liderança de Kwame Nkrumah. Ali, o pan-africanismo como movimento de integração encontrou sua dinâmica e definiu seus objetivos (ASANTE, 2011). Para Wallerstein (2006), a luta anticolonial e o pan-africanismo compartilhavam muitos objetivos em comum:

Para muitas pessoas, o slogan da luta anticolonial não era ‘independência’, mas ‘independência e unidade’ [...] Nacionalistas africanos sentiram que sua luta era um assunto não finalizado e que continuaria a ser até que a unidade fosse alcançada. O objetivo dos nacionalismos não era a independência. Essa era apenas uma das alternativas disponíveis para alcançar o verdadeiro objetivo: a unidade política. De um lado, a independência garante soberania e liberdade para cada nação perseguir seus interesses. Do outro, nações pequenas e pobres tem poucos recursos para competir na arena internacional com grandes potências. Então aparece um antigo tema político: na unidade há força (WALLERSTEIN, 2006, p.106, tradução nossa).

Kwame Nkrumah foi um dos mais conhecidos expoentes dos ideais pan-africanistas na África. Em texto publicado no início da década de 1960, ela afirma que:

É evidente que devemos encontrar uma solução africana para os nossos problemas e que isso só pode ser encontrado na unidade africana. Divididos somos fracos; unidos, a África poderia se tornar uma das maiores forças pelo bem no mundo[...]. A situação política na África hoje é animadora e ao mesmo tempo perturbadora. É animador ver tantas bandeiras novas içadas no lugar das velhas; é perturbador ver tantos países de tamanhos variados e em diferentes níveis de desenvolvimento, fracos e, em alguns casos, quase indefesos. (NKRUMAH, 2020, p.111).

Para Nkrumah, o problema central a ser resolvido na África era o neocolonialismo, como expresso em seu livro *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo*. O neocolonialismo se refere a situação na qual um Estado possui independência política, porém seu sistema econômico é dependente e dirigido a partir de uma classe burguesa no exterior. Nesse sentido, o controle não é exercido diretamente como na época colonial, mas por meio do controle monetário, cooptação de funcionários do governo e sujeição a acordos de propriedade e exploração⁴ (NKRUMAH, 2007).

A atuação de Nyerere como líder nacionalista e presidente da Tanzânia entre 1964 e 1985 possui muitas semelhanças com Nkrumah. Ambos tiveram que lidar com os problemas da formação do Estado

⁴ É importante notar que o processo de independência na África ocorreu em ondas e, portanto, não é homogêneo. O ano de 1960 é conhecido como o “ano africano”, durante o qual 17 países se tornaram independentes no continente. No entanto, se considerarmos a Namíbia na África Austral, sua independência da África do Sul só ocorreria no início de 1990 (VISENTINI, 2010). Além do aspecto temporal, os processos de independência também variaram quanto aos métodos empregados, a composição dos partidos nacionalistas e das elites e a relação dessas com as antigas metrópoles, que adotaram diferentes posições diante das demandas de independência. Enquanto a Grã-Bretanha buscou saídas negociadas e que fossem menos custosas geopolítica e economicamente, França e Portugal coordenaram esforços de guerra contra territórios que julgavam ser parte do seu território nacional, como mostra o caso da Argélia, de Moçambique e de Angola.

em um período conturbado no qual diversos Estados africanos conquistaram a independência e logo sucumbiram a golpes militares e às dinâmicas de força da Guerra Fria. Para Nyerere, o Estado era uma agência de construção nacional, promoção do desenvolvimento econômico, assim como um unificador e organizador da sociedade. Daí sua defesa do nacionalismo em oposição aos interesses particulares do tribalismo. Nas palavras de Nyerere: “eu sou um *Mzanaki* orgulhoso, mas eu não defendo um partido político baseado nos *Mzanaki*. Portanto eu sou um tanzaniano, e é claro que eu sou um *Mzanaki*; politicamente eu sou tanzaniano, culturalmente um *Mzanaki*”(SHIVJI, 2012).

Entre as principais medidas adotadas pelo governo de Nyerere no imediato pós independência está a Declaração de Arusha, em fevereiro de 1967. Internamente, as principais medidas da declaração foi a nacionalização de empresas, bancos e grandes latifúndios. Intitulando-se como “socialismo africano”, o documento defendia a criação de uma sociedade sem classes a partir do desenvolvimento das forças produtivas (NYERERE, 1981). Ainda que muito do seu conteúdo tenha sido retórico, a declaração foi um marco na construção do Estado tanzaniano, que se mostrou nos anos posteriores um importante ator regional na luta contra o colonialismo, apoio aos movimentos de libertação e enfraquecimento dos regimes de minoria branca na África Austral.

Outra figura importante na luta anticolonial foi o político congolês Patrice Lumumba, que fundou o Movimento Nacional Congolês (MNC), partido que pressionava pela independência do Congo da Bélgica. Lumumba foi eleito primeiro ministro do Congo independente em 1960, questionando a brutal herança colonial belga e a posição vulnerável e dependente do país. Seu apoio ao movimento pan-africanista (Lumumba era amigo pessoal de Kwame Nkrumah), sua postura de não alinhamento na disputa Leste-Oeste da Guerra Fria e sua defesa da integridade territorial e da soberania do Congo sobre os recursos minerais, criaram tensões com grupos de oposição internos e com os interesses das potências externas. Em discurso proferido ao MNC, Lumumba afirma que:

A independência que será proclamada em quatro meses é apenas o primeiro passo em direção a nossa emancipação. Após conquista-la esforços devem ser feitos no sentido de: (1) trazer um sentimento de calma e confiança para o estabelecimento das novas instituições políticas; (2) liquidar todos os vestígios de colonialismo e de racismo; (3) colocar um fim a atual opressão de populações locais; (4) consolidar a independência nacional através da criação de uma economia nacional próspera; (5) lutar contra todas as tentativas de fragmentação e divisão do território nacional, pois a unidade política e econômica do Congo é essencial para seu desenvolvimento (LUMUMBA, P. 188, 1972)

No mesmo ano que Lumumba foi empossado como primeiro-ministro eclodiu a Crise do Congo. A província de Katanga, a mais rica em recursos minerais, declarou uma guerra de secessão sob a liderança de Moisés Tshombe e com o apoio das potências Ocidentais (Estados Unidos, Bélgica, França, Portugal) e de empresas de minérios, que tinham interesse na fragilização do governo de Lumumba para promover um maior controle sobre a exploração dos recursos minerais. A crise resultou no assassinato de Patrice Lumumba em 1961, orquestrado por forças da inteligência dos Estados Unidos e da Bélgica. Após sua morte, Joseph-Desiré Mobutu ascendeu ao poder e governou por mais de 30 anos, concedendo

preferência às potências ocidentais na exploração das riquezas minerais do país. A crise do Congo envolveu todo o continente africano. No âmbito regional, ela teve como um dos principais resultados a divisão do movimento pan-africanista e o aumento do receio dos novos líderes nacionais por processos de desintegração do território e intervenção externa por forças neocoloniais (CASTELLANO DA SILVA, 2012).

A luta contra o colonialismo também foi um importante elemento do líder moçambicano Samora Machel. Militar que liderou a guerra de independência de Moçambique contra Portugal, tornando-se presidente do país entre 1975 e 1986. Samora Machel recebeu treinamento militar na Argélia e atuou na articulação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) a partir da Tanzânia. A FRELIMO foi criada em 1962 por Eduardo Mondlane e começou a luta armada em Moçambique em 1964. Em 1969, Mondlane foi assassinado por agentes portugueses e Samora Machel assumiu a liderança do movimento. De acordo com Visentini (2012) “o movimento de libertação nacional em Moçambique elaborou um discurso e uma estratégia contra o colonialismo português dentro de um modelo bem particular de luta: incorporaram questões específicas da identidade africana, aliado a um discurso enquadrado aos paradigmas marxistas (VISENTINI, 2012, P.91). A FRELIMO encontrou resistência dos portugueses, que empreenderam uma guerra colonial contra a independência e contra a RENAMO, grupo político apoiado pelos regimes de minoria branca da África Austral.

Samora Machel apropriou-se de uma visão marxista-leninista para construir o movimento de luta anticolonial e o novo Estado independente. Ele compartilhava com seus pares africanos a ideia de superação das diferenças políticas com bases étnicas e do subdesenvolvimento promovido pelo colonialismo. Em suas palavras:

A vitória sobre o subdesenvolvimento só é possível se vencermos a batalha da educação, se alcançarmos sucesso em nossas escolas a todos os níveis. Para este combate partimos da realidade em que vivemos em nosso país. Essa realidade é a fome, a miséria, a doença, o analfabetismo e a superstição. Alguns desses inimigos tem que ser vencidos diretamente pela Educação. É pela educação que o povo moçambicano se apropriará dos instrumentos necessários para conhecer, analisar, aprender e compreender o mundo e pode transformar a natureza em seu benefício. É a educação o nosso instrumento para formarmos o Homem Novo, o homem liberto das ideias velhas, da mentalidade adulterada pela ideologia colonial-capitalista e tribal-feudal, o homem formado nas ideias e na prática do socialismo (MACHEL, P.4, 1982).

Como exposto no trecho acima, o socialismo foi um componente fundamental do movimento de libertação nacional em Moçambique, mas também em outros países como Angola, Gana e Tanzânia. O chamado “socialismo africano” assumia características próprias às dinâmicas políticas e econômicas do continente, coexistindo com estruturas capitalistas. No entanto, foi um dos caminhos de desenvolvimento possíveis em um contexto marcado pelas divisões da Guerra Fria e pelo avanço do neocolonialismo. Apesar das diferenças, os líderes africanos compartilhavam entre si a demanda por maior autonomia no cenário internacional, por integração política, pelo fim do racismo colonialista e pela superação do subdesenvolvimento.

5. CONCLUSÃO

Como visto, os processos de construção dos Estados africanos possuem uma realidade histórica particular, resultado da interação de diversos fatores, como a dependência econômica externa, a herança da colonização europeia e o papel desempenhado pelos líderes nacionais e os movimentos de independência. O presente artigo buscou apresentar uma visão sintética dos fatores que influenciaram esses processos, utilizando o exemplo de quatro líderes nacionais (Kwame Nkrumah de Gana, Julius Nyerere da Tanzânia, Patrice Lumumba do Congo e Samora Machel de Moçambique).

A análise dos fatores e atores elencados permite a conclusão parcial que para compreender o fenômeno do Estado em sua complexidade é necessário analisar criticamente seu desenvolvimento histórico e a forma como as diferentes instituições e dinâmicas políticas se relacionam com as condições materiais de reprodução econômica. Assim, Estados que passaram pela experiência da exploração colonial na periferia do capitalismo global assumem características distintas dos Estados europeus - os quais são frequentemente utilizados como modelo para formulação de teorias sobre o Estado.

Compreender as origens históricas, políticas e econômicas dos Estados africanos mostra-se uma tarefa ainda mais importante no momento presente, com o aumento do interesse de governos, pesquisadores, empresas e agências não governamentais sobre a África. O continente tem se mostrado uma região de crescimento econômico, novas oportunidades de relações diplomáticas e protagonismo nos processos de integração regional. Para nos aproximarmos dessa realidade, porém, é fundamental a superação de preconceitos e imagens prontas sobre a África e os africanos.

6. REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. **Métodos qualitativos de pesquisa**: uma introdução. In.: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas; SANTOS JÚNIOR, Jaime. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. SESC São Paulo CEBRAP. (cap.1, p.8-23).

ALVAREZ COSTA, María Elena. **África Subsahariana: sistema capitalista y relaciones internacionales**. 1ª Edição, Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2011.

AMIN, Samir. **Os desafios da mundialização**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto Ed. UNESP., 2006.

BOUKARI-YABARA, Amzat. **África Unite: une histoire du panafricanisme**. Éditions La Découverte, Paris, 2017.

BETTS, Raymond F. A dominação europeia: métodos e instituições IN: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África, VII: A África sob dominação colonial 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010

CHAZAN, Naomi et al. **Politics and Society in Contemporary Africa**. 3rd ed. Boulder: Lynne Rienner, 1999.

CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Congo, a Guerra Mundial Africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz**. Porto Alegre, Série Africana, CEBRAFRICA, 2012.

DIOP, Cheikh Anta. **L'Afrique noire précoloniale étude comparée des systèmes politiques et sociaux de l'Europe et de l'Afrique noire, de l'antiquité à la formation des états modernes**. Paris: Présence Africaine, 1960.

HARRIS, Joseph E.; ZEGHIDOUR, Slimane. A África e a diáspora negra. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.) **História Geral da África - VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2011.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: comparative lessons in authority and control**. Princeton: Princeton University, 2000.

FERNANDES, Florestan. A reconstrução da realidade nas ciências sociais. **Revista Mediações**, Londrina, V.2, N.1, p. 45-56, jan/jun 1997.

INIKORI, J.E. A África na História do Mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. IN: OGOT, Bethwell Allan (editor). **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. Publicações Europa-América, Volume 1, 3ª Edição. 1999

MACHEL, Samora. **Organizar a sociedade para vencer o subdesenvolvimento**. Coleção Estudos e Orientações, Vol. 14, República Popular de Moçambique, Maputo, 1982.

NKRUMAH, Kwame. **Africa must unite**. London: PANAF, 2007.

NKRUMAH, Kwame. Eu falo de liberdade: uma declaração de ideologia africana. IN MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landi (Orgs.). **Revolução africana: uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019

NYERERE, Julius K. **Ujamaa - essays on socialism**. London; New York: Oxford University Press, 1981.

PEREIRA, Analucia Danilevich Pereira. África Pré-Colonial: ambientes, povos e culturas. IN: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevich. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013 p.12-p.57.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. Da conquista europeia à descolonização. IN: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevich. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013 p.57-p.104.

SHIVJI, Issa G. Nationalism and pan-Africanism: decisive moments in Nyerere's intellectual and political thought. **Review of African Political Economy**. V. 39, n. 131, p. 103–116, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03056244.2012.662387>. Acesso em 19 de maio de 2021.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevich. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na Política Internacional**. O sistema interafricano e sua inserção mundial. Curitiba: Juruá, 2010

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia.** Editora UNESP, São Paulo, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Africa: the politics of independence and unity.** Lincoln, Neb.; Chesham: University of Nebraska Press, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O universalismo europeu: a retórica do poder.** São Paulo: Editora Boitempo, 2007.